JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.01.12 05:57:45 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 • Nº 1479 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

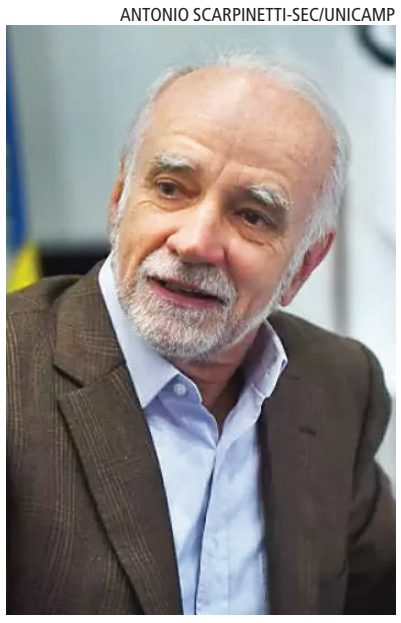
EXTRA PAGO EM MARÇO

Dias quer acelerar mudanças no Bolsa Família

O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, afirmou ontem que o governo federal irá acelerar o recadastramento do Bolsa Família para garantir que em março as famílias com filhos de até seis anos possam receber o extra de R$ 150 por criança, que será somado ao piso de R$ 600 do programa. "Em fevereiro, vamos ter as condições de já iniciar a entrada de pessoas que estão fora do Bolsa Família e a liberação dos cartões com o pagamento de R$ 150 com base nessa atualização cadastral", afirmou. Segundo ele, a ideia é fazer o pagamento extra em março "para aqueles e aquelas que têm segurança na atualização do cadastro". A afirmação do ministro segue a linha de discurso do presidente Lula, que disse que a agenda econômica deve seguir normalmente após apoiadores do ex-presidente Bolsonaro terem invadido e vandalizado as sedes dos Três Poderes. PÁGINA 3

ARCABOUÇO FISCAL

ANTONIO SCARPINETTI-SEC/UNICAMP



Economistas sugerem meta de gastos no lugar do teto

Substituir o teto de gastos por uma meta de despesas, separando as obrigações correntes de curto prazo (que sustentam o custeio da máquina pública) do gasto com investimentos de longo prazo. Esse é um dos pilares do novo arcabouço fiscal proposto pelo grupo de economistas da transição, que reuniu André Lara Resende (**foto**), Guilherme Mello, Nelson Barbosa e Persio Arida. Dos quatro, estão no governo hoje Mello (secretário de política econômica) e Barbosa (diretor do BNDES). O quarteto entende que o conceito de meta para gastos poderia transportar para a política fiscal princípios que foram bem-sucedidos com o uso do sistema de metas de inflação na política monetária, como previsibilidade e senso de compromisso. A proposta foi entregue aos integrantes do governo, mas não chegou a ser divulgada. PÁGINA 3

TERROR E BRASÍLIA

STF e TSE são acionados contra posse de 'deputados golpistas'

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) receberam ontem petições para que ao menos seis deputados federais eleitos tenham a sua diplomação suspensa e sejam impedidos de tomar posse em 1º de fevereiro. A iniciativa é dos advogados Marco Aurélio de Carvalho, Fabiano Silva dos Santos e Pedro Serrano, do grupo Prerrogativas. A articulação, integrada por juristas, advogados e defensores públicos, cita publicações e manifestações de autoria de Carlos Jordy (PL-RJ), Silvia Waiãpi (PL-AP), André Fernandes (PL-CE), Nikolas Ferreira (PL-MG), Sargento Rodrigues (PL-MG) e Walber Virgolino (PL-PB) em que os parlamentares eleitos endossam ataques aos Poderes. PÁGINA 5

SEM ADICIONAL

JOSÉ CRUZ/ABRASIL

Governo Lula pretende manter salário mínimo em R$ 1.302

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) deve segurar o reajuste adicional do salário mínimo para evitar o custo extra de até R$ 7,7 bilhões, que precisaria ser acomodado mediante cortes em outras áreas. Com isso, o piso deve ser mantido em R$ 1.302. Na transição, auxiliares do presidente indicaram a possibilidade de o mínimo ser reajustado novamente, para R$ 1.320. Uma verba de R$ 6,8 bilhões foi reservada no Orçamento para esse fim. No fim de 2022, porém, houve um aumento significativo no número de beneficiários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), cujos pagamentos são atrelados ao salário mínimo. Técnicos da SOF (Secretaria de Orçamento Federal) emitiram um alerta de que, nesse novo contexto, o reajuste adicional teria impacto de mais R$ 7,7 bilhões além do valor já reservado, como revelou a Folha de S.Paulo. O grupo favorável à manutenção do valor atual argumenta que o mínimo de R$ 1.302, fixado ainda no governo Jair Bolsonaro (PL), já representa um aumento real em relação ao ano passado. Por isso, a promessa de valorização é considerada cumprida por essa ala. O ganho de 1,5% foi inclusive citado em discurso do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB). PÁGINA 2

PÇA DUQUE DE CAXIAS

Comlurb retira 22 toneladas de lixo em local de acampamento

PÁGINA 6

SÃO PAULO

Tarcísio nomeia irmão de Michelle

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), nomeou seu cunhado e o cunhado do ex-presidente Jair Bolsonaro, de quem é aliado, como seus assessores especiais. O militar Mauricio Pozzobon Martins, cunhado de Tarcísio, já havia sido contratado pela campanha eleitoral do governador, como mostrou a Folha. Também foi esse mesmo cunhado que alugou a Tarcísio um imóvel em São José dos Campos, no interior de São Paulo, por valor inferior ao de mercado. Martins foi nomeado para o cargo de "assessor especial do governador 2", cujo salário bruto previsto é de R$ 21.017,85 ao mês. Ele foi escalado no lugar de Wilson Pedroso, tucano que foi braço direito dos ex-governadores João Doria e de Rodrigo Garcia no Palácio dos Bandeirantes. Já Diego Torres Dourado, irmão da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, foi nomeado, como mostrou a coluna Painel, para o cargo de "assessor especial do governador 1", com vencimento previsto de R$ 19.204,22 ao mês. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: 1,53% / 112.517,08 / 1.700,37 / Volume: R$ 26.620.261.240 / Negócios: 4.105.828

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
3R PETROLEUMON NM	44.410	+13.64	+5.330
PETRORIO ON NM	39.02	+7.76	+2.81
MINERVA ON NM	14.49	+7.73	+1.04
RAIZEN PN N2	3.580	+6.87	+0.230
HAPVIDA ON NM'	4.6	+6.73%	+0.29

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
BRF SA ON NM	8.46	–6.62	–0.60
LOCAWEB ON NM	6.60	–3.93	–0.27
BANCO PAN PN N1	5.90	–3.28	–0.20
AMBEV S/A ON	14.29	–1.72	–0.25
PETZ ON NM	6.39	–1.69	–0.11

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	93.25	–0.35	–0.33
BRADESCO PN EJ N1	15.40	+1.99	+0.30
PETROBRAS PN N2	24.28	+0.79	+0.19
AMBEV S/A ON	14.29	–1.72	–0.25
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	26.35	+1.74	+0.45

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	33.704,1	+0,56
NASDAQ Composite	10.742,63	+1,01
Euro STOXX 50	4.056,66	-0,49
CAC 40	.869,14	-0,55
FTSE 100	.694,49	-0,39
DAX 30	14.774,6	-0,12

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	0,45% (dez.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,62% (dez.)	Compra: 5,6174	Venda: 5,7974
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(07/12)	13,75%	0,41	até o dia 11/jan.	Compra: 5,2014	Venda: 5,2020
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
11/01)	0,71%	BM&F/grama	R$ 307,70	Compra: 5,1801	Venda: 5,1807
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(dez./22)	0,2425%	Compra: 5,5743	Venda: 5,5749	Compra: 5,1922	Venda: 5,3722

Economia

MERCADOS

Dólar cai para R$ 5,18; Bolsa atinge nível mais alto em dois meses

WELLTON MÁXIM/ABRASIL

Num dia de alívio doméstico e externo, o dólar caiu para abaixo de R$ 5,20 e atingiu o menor valor em quase três semanas. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve forte alta e alcançou o nível mais alto em dois meses.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,181, com recuo de R$ 0,021 (-0,4%). A cotação começou o dia em alta, chegando a R$ 5,23 pouco antes das 10h, desacelerou durante a manhã e passou a cair fortemente ao longo da tarde, após a ministra do Planejamento, Simone Tebet, anunciar o secretariado.

A moeda norte-americana está no menor valor desde 23 de dezembro, quando estava em R$ 5,16. Nos 11 primeiros dias de 2023, a divisa acumula queda de 1,88%.

No mercado de ações, o dia foi marcado pela euforia. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 112.517 pontos, com alta de 1,53%. Com ganho pelo sexto pregão seguido, o indicador alcançou o nível mais alto desde 14 de novembro.

Fatores domésticos e externos contribuíram para o bem-estar do mercado nesta quarta. No Brasil, os investidores receberam bem as nomeações dos novos secretários do Ministério do Planejamento, que indicam o compromisso com as contas públicas. Durante a cerimônia, a própria ministra anunciou que a Secretaria de Orçamento Federal vetará medidas que violem a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No mercado internacional, os investidores estavam otimistas com a divulgação da inflação ao consumidor nos Estados Unidos em dezembro, que ocorrerá hoje. Caso os preços subam menos que o esperado, aumentam as chances de o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) elevar os juros da maior economia do planeta em apenas 0,25 ponto percentual na próxima reunião, em 25 e 26 de janeiro.

SEM ADICIONAL

Governo pretende manter salário mínimo em R$ 1.302

BRUNO BOGHOSSIAN E IDIANA TOMAZELLI/FOLHAPRESS

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve segurar o reajuste adicional do salário mínimo para evitar o custo extra de até R$ 7,7 bilhões, que precisaria ser acomodado mediante cortes em outras áreas. Com isso, o piso deve ser mantido em R$ 1.302.

Na transição, auxiliares do presidente indicaram a possibilidade de o mínimo ser reajustado novamente, para R$ 1.320. Uma verba de R$ 6,8 bilhões foi reservada no Orçamento para esse fim.

No fim de 2022, porém, houve um aumento significativo no número de beneficiários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), cujos pagamentos são atrelados ao salário mínimo.

Técnicos da SOF (Secretaria de Orçamento Federal) emitiram um alerta de que, nesse novo contexto, o reajuste adicional teria impacto de mais R$ 7,7 bilhões além do valor já reservado, como revelou a Folha de S.Paulo.

O grupo favorável à manutenção do valor atual argumenta que o mínimo de R$ 1.302, fixado ainda no governo Jair Bolsonaro (PL), já representa um aumento real em relação ao ano passado. Por isso, a promessa de valorização é considerada cumprida por essa ala.

O ganho de 1,5% foi inclusive citado em discurso do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, na reunião ministerial da última sexta-feira.

A contrapartida política sugerida pela equipe de Lula é acelerar as discussões sobre uma política permanente de valorização do salário mínimo, que leve em consideração o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), além da inflação. Interlocutores afirmam que "2024 está aí" e a intenção é garantir novamente o aumento real.

A proposta deve ser discutida em mesas de negociação com centrais sindicais para ser anunciada ainda no primeiro semestre. O anúncio do início dessas conversas será feito na próxima semana pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT).

O acerto foi feito com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), embora ele não deva participar porque viajará ao Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, que ocorre na próxima semana.

Uma das ideias é garantir um reajuste real pela média de crescimento do PIB dos últimos cinco anos. Essa proposta, porém, ainda não está fechada e será debatida com os representantes dos trabalhadores.

Assim como em outras medidas debatidas nas etapas iniciais do governo, o tema do salário mínimo opõe integrantes da ala política e da equipe econômica de Lula.

O primeiro time considera o novo aumento ainda em 2023 um cartão de visitas importante do presidente para sua base eleitoral, dado que o salário mínimo foi um tema bastante explorado durante a campanha. Lula promete retomar a política de valorização adotada em governos do PT, com reajustes acima da inflação.

Durante a campanha, chegou-se a cogitar um aumento complementar no Dia do Trabalho, em 1º de maio, ideia retomada mais recentemente pela ala política.

O grupo econômico, por sua vez, defende cautela com decisões que tenham impacto considerável sobre as contas públicas. A avaliação preliminar é de que é prudente aguardar dados mais sólidos sobre a base de beneficiários do INSS para ter maior clareza dos números.

Há quem veja a projeção de custo extra como elevada, com espaço para redução, mas mesmo essa ala entende que é muito arriscado tomar qualquer decisão neste momento. Além disso, mesmo deixando a porta aberta para um aumento extra ao longo do ano, técnicos consideram como mais provável que o mínimo fique em R$ 1.302 até o fim do ano.

O assunto foi levado a Lula. O presidente ainda precisa bater o martelo, mas integrantes dos dois grupos relatam que, até aqui, ele sinalizou concordância com os argumentos da equipe econômica.

Há quem lembre que Lula nunca se comprometeu publicamente com o valor de R$ 1.320, verbalizado por Wellington Dias (PT) durante as negociações da PEC (proposta de emenda à Constituição) que autorizou o aumento de gastos em 2023. Hoje, Dias é ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, pasta que não participa diretamente das discussões sobre o piso nacional.

Nas discussões internas, ministros contrários ao reajuste adicional ainda em 2023 argumentam que uma avaliação da relação custo-benefício recomenda a manutenção do salário mínimo em R$ 1302.

Segundo um integrante do primeiro escalão, o aumento de apenas R$ 18 daria um bônus político limitado a Lula.

Por outro lado, o impacto fiscal certamente produziria efeitos negativos sobre a confiança de investidores e, consequentemente, na recuperação da economia –sobretudo no momento em que o time econômico ainda busca convencer o mercado de que adotará medidas para reduzir o déficit de R$ 231,5 bilhões contratado para o ano.

A política de salário mínimo afeta não só o mercado de trabalho, por ser a remuneração mínima dos empregados, mas também as contas públicas. Uma série de benefícios é vinculada ao piso.

Dois terços das aposentadorias e pensões pagam um salário mínimo. O valor também serve de referência para o abono salarial, o seguro-desemprego e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

REUNIÃO

Lula receberá centrais para discutir trabalho de apps e salário mínimo

GUILHERME SETO/FOLHAPRESS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, chamaram as centrais sindicais para uma reunião na próxima quarta-feira, às 10h, em Brasília.

As pautas do encontro serão a criação de mesas tripartites (com representantes de governo, trabalhadores e empresários) para tratar dos direitos de trabalhadores de aplicativo e do reforço de mecanismos de negociação coletiva que foram fragilizados durante o governo Jair Bolsonaro (PL).

Além disso, Lula pretende discutir com os sindicalistas o reajuste do salário mínimo. Como mostrou a coluna Painel, da Folha de S.Paulo, as centrais defendem reajuste com base no INPC (estimativa da inflação) e crescimento do PIB (4,6%) de 2021. O salário mínimo hoje é de R$ 1.302.

No caso dos trabalhadores de aplicativo, tema que apareceu durante a campanha de Lula, Marinho tem feito avaliação de que nem todos desejam ser regidos pela CLT, e então negociará outras formas de garantir mais proteção social a eles, como o cooperativismo.

O tema será tratado nessas mesas de negociação tripartite.

SÃO PAULO

Prefeituras são alertadas sobre risco de descumprir Lei Fiscal

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) de São Paulo informou que emitiu alertas por risco de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) a 89% das 644 prefeituras fiscalizadas pelo órgão. Os alertas são baseados em análises contábeis dos dados de receitas e despesas relativas ao quinto bimestre de 2022.

De acordo com o TCE, as análises apontaram indícios de irregularidades na gestão orçamentária em 568 municípios e arrecadação menor do que o planejado em 79. O levantamento revelou ainda que 42 prefeituras, nove câmaras municipais e 11 entidades municipais deixaram de enviar o balancete contábil, conforme previsto no calendário de obrigações do TCE.

"A não apresentação das contas configura ato de improbidade administrativa e crime de responsabilidade, ficando o responsável sujeito a diversas penas, inclusive ao pagamento de multa, nos termos da Lei Complementar nº 709, de 1993", destaca nota do tribunal.

UNAFISCO

Correção da tabela do IR deve isentar 18 milhões

Um total de 18 milhões de brasileiros poderiam ficar isentos da cobrança do Imposto de Renda caso a tabela utilizada para calcular os descontos fosse integralmente corrigida pela inflação desde 1996, aponta um levantamento da Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

Segundo a entidade, a correção representaria uma renúncia fiscal de R$ 184 bilhões. O estudo foi atualizado com base nos dados da inflação divulgados pelo IBGE (Instituto Nacional do Seguro Social) na terça-feira passada.

"Quando falo na correção da tabela não posso falar da declaração que entrega em abril deste ano, porque essa já é do passado, referente a dados de 2022. Para falar de efeitos de correção da tabela, tenho que fazer uma projeção para o futuro, para rendas de 2023 que serão declaradas em 2024", afirma Mauro Silva, presidente da Unafisco.

Desde 2015, a tabela do IRPF está sem correção. Atualmente, quem ganha acima de R$ 1.903,98 está sujeito à mordida do Leão. De acordo com os cálculos da Unifisco, se houvesse correção integral com base nas perdas inflacionárias, ficariam isentos todos os contribuintes com renda tributável de até R$ 4.723,77. Uma defasagem de 148,1%.

BENEFÍCIO

Seguro-desemprego de 2023 já tem novo valor

FERNANDA BRIGATTI/FOLHAPRESS

Os trabalhadores com pedidos de seguro-desemprego registrados a partir de ontem já terão o benefício com o reajuste anual. O valor mínimo passa a ser de R$ 1.302, igual ao piso dos salários.

As três faixas do seguro foram reajustadas pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) registrado em 2022, de 5,93%.

O valor do benefício pago a trabalhadores desempregados varia de acordo com a média de seus salários no três meses anteriores à demissão.

Se for de até R$ 1.968,36, o benefício corresponderá a 80% da média dos salários. A maneira mais fácil de calcular esse valor é multiplicar o salário médio por 0,8.

Na faixa intermediária, para quem tiver a média de salários entre R$ 1.968,37 e R$ 3.280,93, o cálculo do seguro-desemprego será feito em duas etapas. Primeiro, o trabalhador calcula o valor que ultrapassa R$ 1.968,36 e multiplica essa diferença por 0,5. Esse resultado será, então, somado a 1.574,69.

Por fim, o teto do seguro-desemprego neste ano será de R$ 2.230,97, pago a todos os trabalhadores que tiverem a média dos salários maiores do que R$ 3.280,93.

O trabalhador formal ganha o direito ao seguro-desemprego se tiver recebido pelo menos 12 salários nos 18 meses anteriores à demissão -não há necessidade, portanto, de o vínculo ter ocorrido por um ano consecutivo.

Depois da primeira solicitação, o tempo de carência diminui. São necessários nove salários durante 12 meses e, a partir da terceira solicitação, ter recebido ao menos seis salários no período que antecedeu a dispensa.

COMO FICA

Média dos três últimos salários - Cálculo do seguro-desemprego

Até R$ 1.968,36 - Multiplica-se o salário médio por 0,8

De R$ 1.968,37 até R$ 3.280,93 - Multiplica-se por 0,5 o que exceder a R$ 1.968,36. Soma-se com R$ 1.574,69.

Acima de R$ 3.280,93 - R$ 2.230,97.

O número de parcelas do seguro-desemprego também varia de acordo com a solicitação e a duração do trabalho que antecedeu o pedido.

Na primeira vez em que pede o benefício, o trabalhador receberá por cinco meses se tiver trabalhado pelo menos 24 meses nos últimos 36 meses (dois anos de registro em carteira nos três anos anteriores). Para quem trabalhou entre 12 e 23 meses nos últimos três anos, o seguro será pago em quatro parcelas.

Na segunda solicitação, as regras para ter quatro ou cinco parcelas são as mesmas. Há ainda a possibilidade de receber três parcelas, no caso de quem trabalhou entre nove e 11 meses nos 36 meses que antecederam a demissão.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

ARCABOUÇO FISCAL

Economistas sugerem meta de gastos no lugar do teto

ALEXA SALOMÃO/FOLHAPRESS

Substituir o teto de gastos por uma meta de despesas, separando as obrigações correntes de curto prazo (que sustentam o custeio da máquina pública) do gasto com investimentos de longo prazo. Esse é um dos pilares do novo arcabouço fiscal proposto pelo grupo de economistas da transição, que reuniu André Lara Resende, Guilherme Mello, Nelson Barbosa e Persio Arida.

Dos quatro, estão no governo hoje Mello (secretário de política econômica) e Barbosa (diretor do BNDES).

O quarteto entende que o conceito de meta para gastos poderia transportar para a política fiscal princípios que foram bem-sucedidos com o uso do sistema de metas de inflação na política monetária, como previsibilidade e senso de compromisso.

A proposta foi entregue aos integrantes do governo, mas não chegou a ser divulgada. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já disse que o novo arcabouço vai ser debatido com diferentes interlocutores, inclusive com representantes do mercado financeiro. A sugestão do grupo da transição é uma das que estão na mesa.

Dentro do PT, porém, existe um grupo que prefere a volta ao passado. Essa corrente defende que o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silve (PT) retome a lógica de se cumprir apenas a meta de resultado primário, retirando da conta investimentos públicos, por exemplo. Se essa ideia prevalecer, todas as sugestões alternativas de novo regime fiscal ficariam na gaveta.

O quarteto de economistas da transição não chegou a definir uma regra formal no relatório final, mas traçou pilares que dão um norte para o arcabouço que consideram mais eficiente.

Segundo relatos ouvidos pela Folha, em princípios gerais o grupo defendeu que um regime fiscal eficiente deve ser transparente e embasado em planos de longo prazo, com mecanismos para impedir gastos perdulários e demagógicos. Deve haver critérios para que o Estado busque eficiência do custeio e seja efetivo na prestação dos serviços públicos, mas sem a rigidez da regra do teto.

O grupo também afirmou que a aplicação dos recursos precisa ser submetida a análises periódicas para que seja possível monitorar custos, benefícios e retornos da aplicação do dinheiro público pelo Estado.

O ponto de partida para a fixação da meta de gastos até poderia ser uma proporção do PIB (Produto Interno Bruto) -o valor registrado para o Orçamento, no entanto, seria nominal e fixo.

Segundo o grupo, seria possível incorporar à construção da meta de gastos alguns princípios do regramento aplicado à antiga meta de resultado primário. Antes do teto, o governo definia o resultado primário para o ano seguinte e fazia projeções para anos subsequentes, oficializando os valores na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A meta de gasto para o ano seguinte seguiria esse rito e também seria associada a um conjunto de projeções, o que incluiria estimativas de receita, de resultado primário, do pagamento de juros e da dívida.

Também seriam apresentados cenários de gastos para anos seguintes, sem compromisso de cumprimento, mas que serviriam como nortes, baseados em projeções.

O valor anual do gasto seria um parâmetro fixo. Não seria possível gastar mais que o determinado. Em contrapartida, pela proposta, não haveria contingenciamentos. Cada área teria a sua meta de gasto e se planejaria dentro daquele montante.

Há alguns detalhes importantes.

A meta de gasto dos investimentos, ou gasto de capital, mesmo sendo fixada anualmente dentro da meta global de gasto, com projeções para os anos seguintes, seria definida a partir de um plano de longo prazo.

Não seria permitido migrar os recursos de um tipo de gasto para outro -gastar menos em investimentos, por exemplo, para ampliar gastos correntes, e vice-versa.

Dentro de gastos correntes seria desejável fixar meta de gastos com pessoal, baseada em um plano salarial para os servidores, bem como ter projeções para o efetivo de servidores - uma espécie de planejamento de ações em recursos humanos. Isso evitaria as flutuações de pessoal e os contratempos com demandas por reajustes.

O tratamento dado pelo grupo de transição à questão da dívida tem diferenças importantes em comparação a outras propostas de regra fiscal, como as apresentadas pelo Tesouro Nacional, grupo Elas no Orçamento e o economista Felipe Salto.

Elas sugerem que a dívida pode funcionar como gatilho. Ou seja, acima de um determinado patamar de endividamento, o gasto é travado, por exemplo.

O quarteto de economistas não considera o procedimento adequado porque a dívida pública brasileira oscila por razões não fiscais. Pode ser afetada pelo câmbio, por exemplo, que tem oscilado muito.

Entende, na proposta, que a meta de gasto deve considerar uma trajetória de dívida, mas sem usar o valor da dívida como trava.

O novo arcabouço trabalharia com a dívida líquida, como ocorre na maioria dos países. No Brasil, a discussão entre usar dívida líquida ou bruta dentro do regramento fiscal gerou muitos embates, mas a questão já foi pacificada em nível internacional. Recentemente, até a Nova Zelândia, antiga defensora do uso da dívida bruta como parâmetro, adotou a dívida líquida em sua regra fiscal.

Foi considerado importante ter válvula de escape para o caso de a meta de gastos e os cenários serem atropelados por eventos excepcionais, como pandemia, catástrofes climáticas ou crise financeira global. Nesse caso, seria preciso apresentar um plano, prevendo ações e prazos para recuperação da trajetória da meta e dos cenários originais.

Como tratar o resultado primário gerou discussões.

Um dos pontos debatidos foi se seria adequado fixar um intervalo de tolerância para o primário, aplicando condicionantes, a depender do resultado. Se o intervalo fosse rompido, o governo teria de explicar como retomaria a meta, como faz o Banco Central no caso de não cumprimento da meta de inflação.

Também se discutiu qual poderia ser o tratamento em caso de um déficit excessivo. A União Europeia, por exemplo, adota sanções, mas elas foram sendo alteradas ao longo dos anos, à medida que o cenário mudava para os diferentes integrantes do bloco. Seria preciso avaliar as medidas mais adequadas para a realidade brasileira.

ARCABOUÇO FISCAL

Como princípio geral, o novo regime fiscal deveria ser flexível, transparente e embasado em planos de longo prazo, com:

- Meta geral de gasto para o ano seguinte, associado a estimativas de receita, de resultado primário, do pagamento de juros e da dívida
- Dentro da meta geral, haveria meta de gasto corrente e meta de gasto de capital (investimentos), definida dentro de um plano plurianual
- Dentro da meta de gasto corrente, por sua vez, deveria haver meta de gasto com servidores, baseada em um plano de recursos humanos de longo prazo
- Haveria cenário para dívida dentro da meta de gasto, mas a dívida não seria gatilho para restrição orçamentária
- Poderia ser fixado um intervalo para a projeção de resultado primário, bem como sanções em caso de descumprimento.

BOLSA FAMÍLIA

Governo quer acelerar mudanças e pagar R$ 150 extras em março

MATHEUS TEIXEIRA/FOLHAPRESS

O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, afirmou ontem que o governo federal irá acelerar o recadastramento do Bolsa Família para garantir que em março as famílias com filhos de até seis anos possam receber o extra de R$ 150 por criança, que será somado ao piso de R$ 600 do programa.

"Em fevereiro, vamos ter as condições de já iniciar a entrada de pessoas que estão fora do Bolsa Família e a liberação dos cartões com o pagamento de R$ 150 com base nessa atualização cadastral", afirmou.

Segundo ele, a ideia é fazer o pagamento extra em março "para aqueles e aquelas que têm segurança na atualização do cadastro".

A afirmação do ministro segue a linha de discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que disse que a agenda econômica deve seguir normalmente após apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) terem invadido e vandalizado as sedes dos Três Poderes no último domingo.

Inicialmente, o governo havia afirmado que o adicional de R$ 150 por criança, promessa de campanha de Lula, poderia demorar até 90 dias para começar a ser pago.

Dias também disse que a pasta encontrou 10 milhões de pessoas com "indícios de irregularidades" que deverão ser expulsos do programa quando o Cadastro Único de Programas Sociais for atualizado.

Em 5 de janeiro, Dias tinha afirmado que a revisão do Cadastro Único, a base de dados sobre beneficiários do Auxílio Brasil, que o governo já chama de Bolsa Família, deveria ser concluída em até três meses.

A atualização do cadastro, destacou, é essencial para liberação do benefício adicional de R$ 150. "É preciso ter um sinal técnico para termos segurança (para esse pagamento)", disse Dias na última quinta-feira, durante a posse da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

Agora, porém, o cronograma foi acelerado. "Novo cartão a gente libera em fevereiro para pagamento em março já atualizado com R$ 150 para aqueles e aquelas que têm tem segurança na atualização do cadastro".

EUA

Suspensão de voos gera impacto no Brasil

O caos aéreo registrado na manhã de ontem nos Estados Unidos, onde todas as companhias aéreas tiveram que suspender decolagens das 9h às 11h (horário de Brasília) após uma falha em um sistema, surtiu efeitos pontuais no Brasil.

A companhia aérea Azul registrou atrasos na decolagem de alguns voos, enquanto os voos da Gol e da Latam Brasil partiram no horário previsto.

Cerca de 4.000 voos sofreram atrasos nesta manhã nos Estados Unidos, segundo o site de rastreamento FlightAware. Outros 600 domésticos e internacionais teriam sido cancelados.

"A Azul informa que em virtude de problemas no sistema da Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos da América registrado esta manhã, os voos AD 8703 (Fort Lauderdale-Viracopos) e AD 8709 (Orlando-Viracopos) sofreram atrasos na decolagem", informou a companhia aérea, em nota.

"A Azul destaca que o sistema da FAA [autoridade aérea americana] foi normalizado ainda pela manhã e o embarque de clientes retomado logo em seguida", disse. A companhia opera dois voos diários para a Flórida e dois voos diários para Orlando, partindo do aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP).

Também por meio da sua assessoria de imprensa, a Latam Brasil informou que as suas rotas estão operando normalmente. O voo LA8195 (Miami-São Paulo/Guarulhos) decolou nesta manhã sem atraso, segundo a companhia. A aérea opera 28 voos por semana entre Brasil e Estados Unidos, com destino a Miami, Nova York, Boston e Orlando.

Já a Gol -que realiza voos diários entre Brasília e Miami, e Brasília e Orlando- informou que os dois voos que partiram do Brasil na manhã desta quarta estavam no horário e não houve mudanças.

PLANEJAMENTO

Tebet anuncia secretários e ressalta equipe com pensamento diferente

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), anunciou ontem a composição de sua equipe de secretários ressaltando "as linhas de pensamento econômico diferentes" e pregando harmonia com os ministros da Gestão, Esther Dweck, e da Fazenda, Fernando Haddad.

O anúncio dos cinco secretários foi feito no prédio do Ministério do Planejamento, em Brasília. Durante a apresentação, Tebet ressaltou a complementaridade dos nomes escolhidos e falou que, em seu "coral", a partitura maior está com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Procurei também nessa diversidade trazer linhas de pensamento econômico diferentes, que vão fazer com que a gente possa chegar em um denominador comum e não errar. Temos UnB, PUC-Rio, Insper, Unicamp, fora toda a experiência internacional", afirmou.

Foram anunciados Paulo Bijos para a secretaria de Orçamento Federal, Leany Ramos para a de Planejamento, Gustavo Guimarães para a secretaria-executiva, Sergio Firpo para a de monitoramento e avaliação de políticas públicas e Renata Amaral para a de assuntos econômicos, desenvolvimento, financiamento externo e integração nacional (veja abaixo mais detalhes sobre os nomes anunciados).

A ministra falou que vai elaborar um plano plurianual para os próximos quatro anos e citou a importância de monitoração periódica das ações que estão sendo implementadas pelos demais ministérios.

"Aqui é um corpo técnico, portanto, as decisões primeiro são técnicas", disse Tebet. "Depois uma análise política junto com a Casa Civil, com os demais ministérios, nós vamos estar sempre discutindo as relevâncias e as prioridades das políticas públicas para levar à decisão final do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva."

No último dia 4, Tebet havia sinalizado dificuldade para contratar mulheres pretas para sua equipe. Presente na posse da emedebista, um dia depois, a ministra de Igualdade Racial, Anielle Franco, evitou polêmicas, mas acrescentou que falou com ela sobre o assunto.

Ontem, ela disse que está conversando com oito mulheres e homens negros e citou que gostaria da diretora da IFI (Instituição Fiscal Independente), Vilma Pinto, em sua equipe.

"A igualdade de gênero se faz presente, agora falta a igualdade racial. Nós estamos conversando com oito mulheres e homens que possam estar se somando conosco."

"Estamos conversando muito também com outras pastas, ministério da Igualdade Racial, Anielle está nos ajudando. (O grupo) 'Elas no Orçamento' tem nos ajudado em relação a alguns currículos", complementou. Segundo ela, o objetivo é ter "o Brasil aqui dentro do Ministério do Planejamento."

A ministra falou ainda em atuar em harmonia com Esther Dweck e Fernando Haddad. "Tanto o Ministério da Fazenda quanto o Ministério da Gestão e Inovação abriram as portas, nós estamos trabalhando em total sinergia", disse. "Não significa que vamos ter coincidência de ideias, que não vai haver debates, já tivemos discussões de algumas portarias, alguns decretos, é assim que funciona. Não tem nada a ver com questão ideológica ou muito menos partidária."

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

O secretário-executivo será Gustavo Guimarães, ex-secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia. Ele atuava como secretário parlamentar no Senado desde janeiro de 2022. Segundo Tebet, Guimarães veio cedido do Banco Central.

SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL

Para secretário de Orçamento Federal, Tebet anunciou Paulo Bijos. Ele atuava como consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados desde 2016. Além disso, já trabalhou como consultor de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado e foi auditor do TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo). "É a pasta dos nãos", brincou Tebet.

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO

A secretária de Planejamento será Leany Lemos, que desempenhou a mesma função até junho de 2020 no primeiro mandato de Eduardo Leite no governo do Rio Grande do Sul.

Por indicação de Leite, ela ocupou a presidência do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul). Ela assumiu o cargo em dezembro de 2020 e foi a primeira mulher a ocupar o posto. Antes, Lemos ocupou o mesmo cargo no Distrito Federal durante o governo de Rodrigo Rollemberg (PSB).

SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO

Sergio Firpo, economista do Insper, comandará a secretaria de Monitoramento e Avaliação para o Aperfeiçoamento de Políticas Públicas.

SECRETÁRIA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Renata Amaral será secretária de Assuntos Econômicos, Desenvolvimento, Financiamento Externo e Integração Nacional. Ela atuou em órgãos multilaterais como a OMC (Organização Mundial do Comércio).

CONTOURGLOBAL SOLUTIONS RIO LTDA.
CNPJ: 42.885.404/0002-30
AUDITORIA AMBIENTAL

A CONTOURGLOBAL SOLUTIONS RIO LTDA., torna público que entregou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, em 28/12/2022, o Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do ano de 2022, referente ao Processo nº 00265102202017, referente às atividades de operação de uma central de cogeração de energia, destinada à produção de energia elétrica(13,5 MW) e vapor (178 T/H) para a fábrica de bebidas, e informa que este estará à disposição para consulta na Estrada Rio-São Paulo, 6.011, Campo Grande, no município do Rio de Janeiro, no período de 12/01/2023 a 12/02/2023, no horário das 8h às 17h.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 24/01/2023 às 09h10/2º Público Leilão: 30/01/2023 às 15h00

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 951, com escritório à Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º. Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP, 04571-010 - Edifício Berrini One, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA,** inscrita no CNPJ sob nº 25.005.683/0001-09, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do Instrumento particular, datado em 26/11/2020, e cédula de credito imobiliário, nº 4914, serie 2020, integral, o seguinte imóvel em lote único: Apartamento 108 do prédio situado na Rua Ana Silva nº 340, na freguesia de Jacarepaguá e correspondente fração de 1/9 do respectivo terreno designado por lote 54 que mede em sua totalidade 10,00m de frente e fundo, 46,00 de ambos os lados, confrontando a direita com o lote 56 de Augusto de Oliveira Góes ou sucessores, a esquerda com o prédio nº 96 e ao fundo com terreno da rua monsenhor marques de propriedade de Cia imobiliária Carioca Ltda ou sucessores. Matrícula nº 314348 do 9º Cartório de Oficio de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 3083122-6, CL01161-9. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 453.803,21 (quatrocentos e cinquenta e três mil, oitocentos e três reais e vinte e um centavos). 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 277.848,04 (duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais, quatro centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. **O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Fica a **Devedora/Fiduciante Catia Regina Martins,** Identidade do DETRAN/RJ nº 00453874139, inscrito no CPF/MF sob nº 742.237.047-53, intimada das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).

Informações.: (11) 3296-7555 - Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP

VERÃO: Aumento de nuvens pela manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 29º 20º 85% 05:31 18:57

CENTRO DA CIDADE

PM dispersa usuários da cracolândia que pintaram faixa na rua

PAULO EDUARDO DIAS/FOLHAPRESS

Uma operação da Polícia Militar dispersou usuários de drogas que estavam na rua Vitória, no centro de São Paulo, com bombas de gás lacrimogêneo.

A ação na tarde desta quarta-feira ocorre após a Folha de S.Paulo mostrar que usuários haviam pintado uma faixa na rua para demarcar o espaço ocupado por eles.

O grupo de dependentes químicos e moradores de rua estavam entre as vias Conselheiro Nébias e Guaianases. Após a operação, parte deles seguiu em direção à alameda Barão de Limeira, enquanto outros foram pela Conselheiro Nébias.

Os policiais percorreram a rua dos Gusmões, Vitória, Conselheiro Nebias, Timbiras e Rio Branco.

A operação da Força Tática do 7º Batalhão é primeira desde a mudança de gestão do Governo de São Paulo. No último sábado, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) trocou o delegado responsável pelas operações na cracolândia, que vinham sendo realizadas pela Polícia Civil e a GCM (Guarda Civil Metropolitana).

Como a Folha de S.Paulo mostrou, Tarcísio e o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) planejam intensificar as internações de dependentes químicos da cracolândia, ponto de concentração de uso aberto de drogas na região central da capital.

A iniciativa faz parte de um projeto conjunto entre município e estado para recuperar o centro da cidade, a ser lançado no próximo dia 23. Integrantes das áreas técnicas vão se reunir nas próximas semanas.

A rua Vitória abrigava um bom número de frequentadores da cracolândia desde que o fluxo, como é chamada a aglomeração de usuários, ficou mais disperso.

Moradores e comerciantes da rua se dizem sitiados com o número de traficantes e usuários de drogas que ocupam o local. Conforme os relatos, há momentos do dia em que a via fica totalmente interditada. Serviços como a entrega de alimentos e o uso de carros de aplicativos estão sendo afetados, segundo um aposentado de 63 anos, que pediu para não ser identificado por temer represálias.

Nota

DESLOCAMENTO DE CONCRETO CAUSA LENTIDÃO NA LINHA 15-PRATA DO MONOTRILHO

Um deslocamento de concreto causa atrasos na operação dos trens da linha 15-prata do monotrilho de São Paulo desde as 4h40 de ontem. Segundo o Metrô, a falha foi detectada durante uma inspeção após o horário de pico matutino. Não há viagens entre as estações Vila Prudente e Vila União, e 30 ônibus da operação Paese (Plano de Apoio entre Empresas em Situação de Emergência) atendem os passageiros. O trecho entre as estações Camilo Haddad e Vila Prudente foi interditado às 10h para reparos. "Também serão feitos serviços de manutenção para prevenção de novos destacamentos", afirma o Metrô, em nota. Nas redes sociais, passageiros reclamaram de atrasos e transtornos para embarque na linha 15-prata. Às 7h50, o Metrô informou em uma rede social que um dos trens da linha 1-azul apresentou falha na estação Luz, causando a redução da velocidade.

ANTRO BOLSONARISTA

Tarcísio nomeia irmão de Michelle como assessor

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), nomeou seu cunhado e o cunhado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), de quem é aliado, como seus assessores especiais. A nomeação foi publicada no Diário Oficial ontem.

O militar Mauricio Pozzobon Martins, cunhado de Tarcísio, já havia sido contratado pela campanha eleitoral do governador, como mostrou a Folha. Também foi esse mesmo cunhado que alugou a Tarcísio um imóvel em São José dos Campos, no interior de São Paulo, por valor inferior ao de mercado.

Martins foi nomeado para o cargo de "assessor especial do governador 2", cujo salário bruto previsto é de R$ 21.017,85 ao mês. Ele foi escalado no lugar de Wilson Pedroso, tucano que foi braço direito dos ex-governadores João Doria e de Rodrigo Garcia no Palácio dos Bandeirantes.

Já Diego Torres Dourado, irmão da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, foi nomeado, como mostrou a coluna Painel, para o cargo de "assessor especial do governador 1", com vencimento previsto de R$ 19.204,22 ao mês.

As nomeações foram reveladas por Leonardo Sakamoto, no UOL, e confirmadas pela Folha de S.Paulo.

O Diário Oficial traz ainda a nomeação do policial federal Danilo César Campetti, que trabalhou na segurança de Tarcísio durante a campanha e atuou no episódio em que um tiroteio em Paraisópolis interrompeu a agenda do então candidato, em outubro passado.

Em dezembro passado, Campetti já havia sido cedido pela Polícia Federal para a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Ele foi nomeado "assessor técnico de gabinete 4", cujo salário inicial é de R$ 9.864,70.

Na segunda-feira passada, a Procuradoria Regional Eleitoral divulgou uma ação em que pede que a campanha de Tarcísio seja multada pela atuação de Campetti. A ação será julgada pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Segundo o Ministério Público Eleitoral, há prova de que Campetti empregou seus instrumentos de trabalho (arma e distintivo) em benefício de Tarcísio no dia do tiroteio -a lei eleitoral proíbe o uso de bens públicos na campanha. A equipe de Tarcísio argumenta que o policial federal estava de folga naquele dia.

Um áudio obtido pela Folha aponta que um integrante da campanha de Tarcísio mandou um cinegrafista da Jovem Pan apagar imagens do tiroteio.

Além de Campetti, o cunhado de Tarcísio também atuou na campanha eleitoral. Ele recebeu R$ 40 mil a título de serviços de administração financeira para a campanha do candidato bolsonarista.

O pagamento consta na prestação de contas entregue por Tarcísio ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que não informa se o cunhado recebeu por meio do fundo eleitoral (dinheiro público) ou de doações de pessoas físicas.

Martins é militar e foi para a reserva em 2019. Segundo o currículo dele, desde então e até junho de 2021, o militar atuou na Infraero, órgão vinculado ao Ministério da Infraestrutura, que era comandado por Tarcísio.

Para comprovar o domicílio eleitoral em São Paulo, Tarcísio, que é carioca e fez carreira em Brasília, apresentou à Justiça Eleitoral um contrato de aluguel firmado com Martins referente ao apartamento num bairro nobre de São José dos Campos.

Tex Courier S.A.

CNPJ/ME 73.939.449/0001-93 - NIRE: 35.300.472.381

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Dezembro de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 30 dias do mês de dezembro de 2022, às 09:00 horas, na sede da **TEX Courier S.A.** ("Companhia"), na Avenida Piracema, nº 155, Galpão 01, Sítio Tamboré, CEP 06460-030, na cidade de Barueri, estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo se verificado quórum de instalação e aprovação, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas arquivado na sede social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fábio Soares de Miranda Carvalho, que convidou a Sra. Aldrey Alexis Andrade Liboni para secretariá-los. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) autorização para a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para colocação privada, da 1ª (primeira) emissão da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em ações, da espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Tex Courier S.A."*, a ser celebrado entre a Companhia e a True Securitizadora S.A., sociedade por ações, devidamente registrada na CVM, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, 1º andar, conjunto 12, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04506-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.130.744/0001-00 ("Securitizadora" ou "Debenturista"), na qualidade de debenturista ("Escritura de Emissão"); (ii) autorização à Companhia para participação, na qualidade de devedora do crédito imobiliário oriundo das Debêntures, em operação de distribuição pública de certificados de recebíveis imobiliários da 104ª emissão da Securitizadora, de acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e a Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, no valor de até R$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) conforme o Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido), observado o Montante Mínimo das Debêntures (conforme abaixo definido) ("Oferta Restrita"); (iii) a autorização para a outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida); (iv) autorização à diretoria da Companhia para praticar todos os demais atos e assinar todos os demais documentos necessários à consecução e realização das operações de que tratam os itens (i) a (iii) acima; e (v) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à consecução da operação de que tratam os itens (i) a (iii) acima. **5. Deliberações:** As deliberações foram tomadas pela unanimidade dos acionistas presentes: **5.1.** Autorizar, nos termos do §1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, a emissão das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, que conterá as seguintes e principais características: **(i) Vinculação à emissão dos CRI.** As Debêntures serão emitidas para vinculação à operação de distribuição pública com esforços restritos de certificados de recebíveis imobiliários 104ª emissão, em série única, da Securitizadora ("CRI"), servindo de lastro para a emissão de cédula de crédito imobiliário pela Securitizadora para representação do crédito imobiliário representado pelas Debêntures ("CCI"), conforme termos e condições apresentados aos acionistas que ficam arquivados na sede da Companhia. **(ii) Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), será de R$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). **(iii) Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas até 180.000 (cento e oitenta mil) Debêntures, conforme o Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), observado o Montante Mínimo das Debêntures (conforme definido abaixo). **(iv) Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão é de até R$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) na Data de Emissão, conforme o Procedimento de Bookbuilding, (conforme definido abaixo) observado o Montante Mínimo das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). **(v) Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de Bookbuilding).** O Coordenador Líder organizará procedimento de coleta de intenções de investimento dos CRI, nos termos da Instrução CVM 476 ("Procedimento de Bookbuilding"), para definição da quantidade de CRI a ser emitida, e, consequentemente, da quantidade de Debêntures a serem emitidas, observado que o valor das Debêntures não poderá ser inferior a R$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), correspondente a 90.000 (noventa mil) Debêntures ("Montante Mínimo das Debêntures"). O resultado do Procedimento de Bookbuilding para a definição da quantidade de CRI a ser emitido, será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão de Debêntures anteriormente à primeira Data de Integralização, que deverá ser levado a registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora, pela Securitizadora ou aprovação por assembleia geral de titulares dos CRI, ("Aditamento à Escritura de Emissão"). **(vi) Data de Emissão.** Para todos os efeitos a data de emissão das Debêntures será aquela descrita na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). **(vii) Número de Séries.** A Emissão será realizada em série única. **(viii) Data de Vencimento.** As Debêntures terão prazo de vencimento de 2.189 (dois mil cento e oitenta e nove) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, na data indicada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"). **(ix) Conversibilidade, Tipo e Forma das Debêntures.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados. **(x) Colocação.** As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores e não serão registradas para distribuição e negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. **(xi) Subscrição.** As Debêntures serão subscritas exclusivamente pela Debenturista, no âmbito da securitização dos recebíveis imobiliários relativos às Debêntures, para compor o lastro dos CRI, na data de assinatura da Escritura de Emissão. **(xii) Conversibilidade.** As Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia. **(xiii) Espécie.** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações. **(xiv) Atualização do Valor Nominal Unitário.** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures não será atualizado monetariamente. **(xv) Remuneração das Debêntures.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *"over extra-grupo"*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 4,00% (quatro inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a 1ª (primeira integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Remuneração das Debêntures"). A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou resgate antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão de Debêntures, a Remuneração das Debêntures será paga, semestralmente, até a Data de Vencimento, conforme o cronograma de pagamentos previsto na Escritura de Emissão. **(xvi) Integralização.** As Debêntures serão integralmente subscritas pela Debenturista, por meio (i) da inscrição da titularidade no respectivo Livros de Registro de Debêntures Nominativas da Emissora; (ii) da assinatura do boletim de subscrição das Debêntures, previamente à emissão dos CRI; e (iii) integralizadas após a Integralização dos CRI. As Debêntures passarão a integrar o patrimônio da Debenturista a partir da data de subscrição, devendo ser integralizadas à vista, na primeira Data de Integralização, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, com recursos decorrentes da integralização dos CRI ("Data de Integralização"). As Debêntures eventualmente integralizadas em data posterior à primeira Data de Integralização, serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Integralização"). Sendo certo que a Securitizadora não será responsável por integralizar as Debêntures sem que tenha recebido recursos suficientes decorrentes da Integralização dos CRI. **(xvii) Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.** Sem prejuízo de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou resgate antecipado das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 4 (quatro) parcelas, nas datas e percentuais indicadas na Escritura de Emissão e calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. **(xviii) Amortização Extraordinária Facultativa.** Após 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, observado que, antes do início desse prazo, será vedado à Companhia a realização da amortização extraordinária das Debêntures, a Companhia reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, promover amortizações extraordinárias sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo, conforme o caso ("Amortização Extraordinária Facultativa"), de acordo com os procedimentos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. O valor a ser pago à Debenturista a título de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures será equivalente: (i) ao percentual a ser amortizado do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido; (ii) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização, ou desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures; (iii) dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures, devidos e não pagos até a data do data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, se houver; e (iv) de um prêmio equivalente a 3,00% (três inteiros) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, multiplicados pelo prazo remanescente entre a Data da Amortização Extraordinária Facultativa e a Data de Vencimento das Debêntures, expresso em Dias Úteis das Debêntures, incidente sobre os itens (i) e (ii) acima e, conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão ("Valor de Amortização Extraordinária Debêntures"). A realização da Amortização Extraordinária Facultativa deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do valor nominal unitário das Debêntures. Caso a data da Amortização Extraordinária Facultativa coincida com uma data de amortização e/ou pagamento de Remuneração das Debêntures, os valores previstos para a Amortização Extraordinária Facultativa deverão ser calculados sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, após o referido pagamento. **(xix) Amortização Extraordinária Obrigatória.** A qualquer tempo, caso algum contrato de locação referente às locações futuras, conforme descritos na Escritura de Emissão, seja rescindido, de modo que torne insuficiente os créditos imobiliários decorrentes das debêntures ("Créditos Imobiliários"), e a Companhia não consiga implementar a substituição de referido contrato de locação nos termos da Escritura de Emissão, a Companhia estará obrigada a efetuar a amortização antecipada das Debêntures no prazo de até 15 (quinze) dias contados da realização ou da data em que deveria ter sido realizada a assembleia geral de titulares dos CRI, nos termos da Escritura de Emissão, sendo tal amortização antecipada pelo valor equivalente ao montante do contrato de locação cuja substituição foi requerida, acrescido de prêmio calculado nos termos da Escritura de Emissão ("Amortização Extraordinária Obrigatória"), e de acordo com os procedimentos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. A realização da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures deverá abranger, proporcionalmente, todas as debêntures e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do valor nominal unitário das Debêntures. Caso a data da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures coincida com uma data de amortização e/ou pagamento de Remuneração das Debêntures, o prêmio previsto acima deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures após o referido pagamento. **(xx) Resgate Antecipado Facultativo.** Após 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, observado que, antes do início desse prazo será vedado à Companhia a realização do resgate antecipado facultativo das Debêntures, a Companhia reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, promover o resgate antecipado, da totalidade das Debêntures, ("Resgate Antecipado Facultativo"), observado os demais procedimentos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. Na ocorrência do Resgate Antecipado Facultativo, caso a destinação dos recursos das Debêntures não tenha sido integralmente realizada, a Companhia permanecerá obrigada a comprová-la. Não será permitido o Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures. Adicionalmente, as Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser canceladas pela Companhia. A Companhia realizará o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures, ou desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures; (ii) dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures, devidos e não pagos até a data do data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, se houver (sendo o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos valores previstos no item (i) acima e neste item (ii) o "Valor Base de Resgate Debêntures"; e (iii) de um prêmio de 3,00% (três inteiros) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures e a Data de Vencimento das Debêntures conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão. O Resgate Antecipado Facultativo e a Amortização Extraordinária Facultativa deverão ser realizados em uma Data de Pagamento das Debêntures mediante depósito na Conta do Patrimônio Separado. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas pela Companhia, sendo vedada sua manutenção em tesouraria. **(xxi) Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures que venham a ser resgatadas, que será endereçada à Debenturista, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). Caso a Companhia tenha confirmado a intenção de promover o resgate antecipado no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado, o valor a ser pago à Debenturista será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário do número de Debêntures que tiverem aderido à Oferta de Resgate Antecipado (conforme manifestado pela Debenturista); acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento; (c) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido à Debenturista, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo; e (d) dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias referentes às Debêntures a serem resgatadas, se houver e o resgate antecipado e o correspondente pagamento serão realizados diretamente na Conta do Patrimônio Separado. Após a emissão dos CRI, a Securitizadora, na qualidade de Debenturista, indicará a eventual aceitação à Oferta de Resgate Antecipado, a qual corresponderá à ordem dos titulares dos CRI no âmbito da oferta de resgate antecipado dos CRI que for realizada pela Securitizadora como consequência da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, nos termos previstos no Termo de Securitização. Não será admitida a Oferta de Resgate Antecipado que não seja oferecida à totalidade das Debêntures. **(xxii) Resgate Antecipado Obrigatório.** A Companhia deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente resgate dos CRI, caso haja indisponibilidade da Taxa DI, nos termos previstos na Escritura de Emissão, sem que haja acordo sobre o novo índice na assembleia geral de titulares dos CRI, a ser realizada nos termos descritos no Termo de Securitização, ou em caso de ausência de quórum de instalação e/ou deliberação na respectiva assembleia geral de titulares dos CRI ("Resgate Antecipado por Indisponibilidade da Taxa DI"). A Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures no prazo de 30 (trinta) dias após a data em que se verificar a impossibilidade da referida assembleia geral de titulares dos CRI sem que haja um acordo ou na data em que a referida assembleia deveria ter ocorrido, conforme o caso, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, sendo que esta última será calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, e sem qualquer prêmio. **(xxiii) Destinação dos Recursos.** Os recursos líquidos obtidos e captados pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia, até a data de vencimento dos CRI, ou até que a Companhia comprove a aplicação da totalidade dos recursos obtidos com a emissão das Debêntures, o que ocorrer primeiro, para (i) pagamento de aluguéis ainda não incorridos referentes aos imóveis indicados na Escritura de Emissão de Debêntures ("Locação Futura"); e (ii) reembolso de gastos já incorridos com pagamento de aluguéis, incorridos pela Companhia ou pelas Sociedades Destinadas desde 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao encerramento da Oferta Restrita, referentes aos imóveis indicados na Escritura de Emissão de Debêntures ("Locação Reembolso" e, quando em conjunto com a Locação Futura, as "Locações" e, individualmente, "Locação" e "Contratos de Locação", respectivamente).**(xxiv) Vencimento Antecipado.** Observadas as condições estabelecidas na Escritura de Emissão, as Debêntures estarão sujeita a hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, nos termos previstos na Escritura de Emissão. **(xxv) Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures, serão realizados pela Companhia mediante depósito dos valores devidos na conta corrente de titularidade da Securitizadora ("Conta do Patrimônio Separado"). **(xxvi) Encargos Moratórios.** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia à Debenturista nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido ("Encargos Moratórios"). **(xxvii) Garantias.** Para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento pela Companhia das obrigações principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, perante a Securitizadora, nos termos da Escritura de Emissão, o que inclui, mas não se limita, ao pagamento das Debêntures, abrangendo o Valor Nominal Unitário, Remuneração das Debêntures, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Escritura de Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, a encargos moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários extrajudiciais ou arbitrados em juízo, indenizações, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido pela Securitizadora em decorrência da emissão dos CRI, inclusive honorários e despesas dos prestadores de serviços, e em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos direitos decorrentes da Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas"), será constituída pela Companhia a cessão fiduciária de (i) observados os termos e condições descritos no "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças" a ser celebrado no âmbito da Emissão ("Contrato de Cessão Fiduciária") a ser celebrado entre a Companhia e a Securitizadora, todos e quaisquer direitos creditórios da Companhia, provenientes de determinados contratos de prestação de serviço celebrados com quaisquer dos clientes, ou empresas pertencentes ao grupo econômico desses clientes, constantes do Anexo V do Contrato de Cessão Fiduciária, a serem listados no Anexo I ao contrato de cessão fiduciária ("Contratos de Clientes"), incluindo a remuneração dos serviços prestados, encargos, indenizações e todos os demais direitos, presentes e futuros, a que a Companhia faça jus em decorrência dos Contratos de Clientes ("Direitos Creditórios"), os quais deverão ser depositados na Conta Vinculada (conforme definido abaixo); e (ii) os direitos decorrentes da titularidade da Conta Vinculada (conforme abaixo definido), bem como sobre quaisquer valores que venham a ser depositados e mantidos, inclusive em trânsito ou em processo de compensação bancária, na conta nº 1395-9, agência nº 0001-9, do Banco nº 310, de titularidade da Fiduciante, de movimentação restrita, mantida junto ao Banco Depositário ("Conta Vinculada"), incluindo os Investimentos Permitidos (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), seus frutos, saldos e rendimentos. 5.2. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os demais atos e assinar todos os atos e documentos necessários à consecução e realização das deliberações tomadas nos itens anteriores, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive por meio da constituição de procuradores; 5.3. Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados às deliberações anteriores. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi lida e aprovada por todos. **7. Assinaturas: Mesa: Presidente:** Fábio Soares de Miranda Carvalho. **Secretário:** Aldrey Alexis Andrade Liboni. **Conselheiros:** (i) Fábio Soares de Miranda Carvalho, (ii) Lucas Caulliraux Martinelli e (iii) Haroldo de Paiva Lorena. Confere com o original lavrado em livro próprio. Barueri, 30 de dezembro de 2022. **Mesa:** Fábio Soares de Miranda Carvalho - Presidente; Aldrey Alexis Andrade Liboni - Secretária. **Anexo A - À Ata de Reunião do Conselho de Administração da Tex Courier S.A. - Realizada em 30 de Dezembro de 2022. Lista de Clientes Elegíveis para a Cessão Fiduciária Conforme Constante do Anexo V do Contrato de Cessão Fiduciária:** Amazon (Grupo) - Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda.; Amazon (Grupo) - Amazon Logística do Brasil Ltda.; Beleza na Web (Grupo) - Beleza.com Comércio de Produtos de Beleza e Serviços de Cabeleireiros Ltda.; Centauro (Grupo) - SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.; Centauro (Grupo) - VBLOG Logística e Transportes Ltda.; Época (Grupo) - Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda.; Hering (Grupo) - Companhia Hering; Infracommerce (Grupo) - Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.; Infracommerce (Grupo) - Tatix Comércio e Participações Ltda.; Infracommerce (Grupo) - Pier 8 Serviços de Varejo Ltda.; Magazine Luiza (Grupo) - Magazine Luiza S.A.; Magazine Luiza (Grupo) - Magalu Log Serviços Logísticos S.A.; Net Shoes (Grupo) - Ns2.com Internet S.A.; O Boticário (Grupo) - Associação Grupo Boticário; O Boticário (Grupo) - Boticário Produtos de Beleza Ltda.; Renner (Grupo) - Fashion Business Comércio de Roupas Ltda.; Renner (Grupo) - Lojas Renner S.A.; Renner (Grupo) - Maxmix Comercial Ltda.; Shopee (Grupo) - SHPS Tecnologia e Serviços Ltda.; Shopee (Grupo) - SHPX Logística Ltda.; Soma (Grupo) - BYNV Comércio Varejista de Artigos de Vestuário S.A.; Soma (Grupo) - Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas; Soma (Grupo) - Grupo de Moda Soma S.A.; Soma (Grupo) - RBX Confecção e Comércio de Roupas S.A.; Soma (Grupo) - Wardrobe Criações e Comércio S.A.; Synapcom (Grupo) - Synapcom Comércio Eletrônico S.A.; Synapcom (Grupo) - SBF Comércio de Produtos; Esportivos Ltda. - Synapcom (Grupo); Synapcom Comércio Eletrônico Ltda.; Tatix (Grupo) - Tatix Comércio e Participações Ltda.; Via Varejo (Grupo) - Via Varejo S.A.; Via Varejo (Grupo) - ASAP Log - Logística e Soluções Ltda.; Samsung (Grupo) - Samsung SDS Latin America Tecnologia e Logística Ltda.; Itaú (Grupo) - Banco Itaú Unibanco S.A.; Pan (Grupo) - Banco Pan S.A.; BTG (Grupo) - Banco BTG Pactual S.A.

Tex Courier S.A.

CNPJ/ME 73.939.449/0001-93 - NIRE: 35.300.472.381

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de Dezembro de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 30 dias do mês de dezembro de 2022, às 09:00 horas, na sede da **Tex Courier S.A.** ("Companhia"), na Avenida Piracema, nº 155, Galpão 01, Sítio Tamboré, CEP 06460-030, na cidade de Barueri, estado de São Paulo. **2. Convocação, Presença e Quórum:** Dispensada a convocação, nos termos do §5º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fábio Soares de Miranda Carvalho, que convidou a Sra. Aldrey Alexis Andrade Liboni para secretariá-los. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a: (i) a outorga de garantia real pela Companhia, consubstanciada na cessão fiduciária de direitos creditórios da Companhia, no âmbito de sua 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Colocação Privada ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), conforme deliberado pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, nos termos do *"Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças"* a ser celebrado no âmbito da Emissão ("Contrato de Cessão Fiduciária"); (ii) autorização à diretoria da Companhia para praticar todos os demais atos e assinar todos os demais documentos necessários à consecução e realização da operação de que trata o item (i) acima; e (iii) a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia relacionados à consecução e realização da operação de que trata o item (i). **5. Deliberações:** Após apreciarem a ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: 5.1. Autorizar a outorga de garantia real baseada na cessão fiduciária, no âmbito da Emissão, de acordo com o artigo 66-B da Lei nº 4.728, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, do integral, fiel e pontual pagamento e/ou cumprimento (a) de todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes e futuras, no seu vencimento original e/ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações relativas às Debêntures, bem como das demais obrigações assumidas pela Companhia perante a True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), no âmbito do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Tex Courier S.A."* ("Escritura de Emissão"), em especial, mas sem se limitar, ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, à Remuneração das Debêntures, bem como os

Terror e Brasília

STF e TSE são acionados contra posse de golpistas

BIANKA VIEIRA/FOLHAPRESS

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) receberam ontem petições para que ao menos seis deputados federais eleitos tenham a sua diplomação suspensa e sejam impedidos de tomar posse em 1º de fevereiro.

A iniciativa é dos advogados Marco Aurélio de Carvalho, Fabiano Silva dos Santos e Pedro Serrano, do grupo Prerrogativas.

A articulação, integrada por juristas, advogados e defensores públicos, cita publicações e manifestações de autoria de Carlos Jordy (PL-RJ), Silvia Waiãpi (PL-AP), André Fernandes (PL-CE), Nikolas Ferreira (PL-MG), Sargento Rodrigues (PL-MG) e Walber Virgolino (PL-PB) em que os parlamentares eleitos supostamente endossam os ataques às sedes dos Três Poderes, em Brasília.

"Não é aceitável ou imaginável que pessoas que tenham sido eleitas como representantes do povo em um regime democrático, por meio de eleição livre, possam apoiar, incentivar e mesmo participar de atos que atentem contra o Estado democrático de Direito", afirmam os advogados ao TSE.

"O apoio público a atos atentatórios ao regime democrático configura, de maneira clara e direta, comportamento incompatível com o decoro parlamentar", dizem ainda.

Os signatários da petição destacam uma decisão do presidente da corte eleitoral, Alexandre de Moraes, em que o ministro afirma que todos os envolvidos nos ataques golpistas serão responsabilizados.

Eles ainda citam como exemplo o caso do juiz de primeira instância Wauner Batista Ferreira Machado, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte, que foi afastado do cargo pelo Conselho Nacional de Justiça por autorizar a realização de um ato golpista em frente a quartel do Exército na capital mineira.

"Trata-se de paralelo perfeitamente aplicável à hipótese dos autos", afirmam os advogados do Prerrogativas, sugerindo que os parlamentares eleitos também podem ser responsabilizados por ações relacionadas aos ataques ocorridos no domingo passado.

A ofensiva do Prerrogativas se soma a medidas tomadas pelas bancada do PT na Câmara e pelo PSOL, que entraram com representações junto ao Supremo Tribunal Federal pedindo que parlamentares que participaram ou incentivaram atos antidemocráticos sejam investigados.

O PT pede que alguns deles sejam impedidos de assumir o cargo na próxima Legislatura e tenham acesso barrado a redes sociais.

"A única saída é responsabilizar civil e criminalmente os responsáveis por essas manifestações. Essas ameaças são ainda mais graves quando sustentadas por parlamentares que se elegeram com o voto popular e atentam contra a democracia, regime que os alçou à condição de representantes e mandatários do povo", afirma o advogado Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do Prerrogativas.

"A gente não pode ter nenhum comportamento condescendente com golpistas, com fascistas, com terroristas e muito menos com parlamentares que se elegem no regime democrático e que atentam contra a democracia e contra as instituições. Temos que reagir de forma contundente e pedagógica", completa.

Como mostrou a Folha de S.Paulo nesta quarta-feira, partidos com filiados suspeitos de participação nos ataques em Brasília variam do silêncio sobre providências à decisão de expulsar sumariamente membros com envolvimento no atentado antidemocrático.

A reportagem questionou a assessoria de legendas que têm integrantes associados ao quebra-quebra, como PL -partido do ex-presidente Jair Bolsonaro-, PP e Podemos. Também há indícios da atuação de integrantes do PSD, do Republicanos e do Cidadania, siglas que já anunciaram o expurgo dos golpistas.

O PSD, presidido por Gilberto Kassab, divulgou na terça-feira passada uma resolução da comissão executiva nacional, elaborada em reação ao levante, que prevê a saída imediata de quem teve relação com a "selvageria antidemocrática".

O PL, que tem deputados eleitos entre os suspeitos de comparecerem ou darem apoio à invasão, não anunciou se tomará medidas contra os filiados. A assessoria disse estar esperando uma posição do partido para se manifestar.

PGR abre inquérito contra três deputados bolsonaristas por ataque à democracia

JULIANA BRAGA/FOLHAPRESS

O procurador-geral da República, Augusto Aras, abriu inquérito contra três deputados bolsonaristas recém-diplomados que teriam incitado atos antidemocráticos no domingo passado. Os alvos são André Fernandes (PL-CE), Clarissa Tércio (PP-PE) e Silvia Waiãpi (PL-AP).

De acordo com as informações que chegaram ao Ministério Público Federal, os três incentivaram os atos golpistas por meio de áudios, vídeos e reuniões. O inquérito será encaminhado ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Na segunda-feira passada, a bancada do PT na Câmara e o PSOL entraram com representações junto ao STF pedindo que parlamentares que participaram ou incentivaram atos antidemocráticos e golpistas sejam investigados pelo ministro Alexandre de Moraes.

Além dos três, os dois partidos pedem ainda a investigação da suplente Pâmela Bório (PSC-PB).

A colunista Mônica Bergamo, do jornal Folha de S.Paulo, revelou que Waiãpi apoiou publicamente os atos de vandalismo ocorridos no Palácio do Planalto, no Congresso Nacional e no STF. Em publicação nas redes, ela sugeriu que estava em curso uma ação contra um suposto "governo vermelho". Ainda no domingo, ela apagou as postagens.

A medida, tomada pelo procurador-geral, Augusto Aras, ocorre no momento em que ele busca mostrar que não foi leniente com manifestações antidemocráticas.

PF termina depoimentos, e 1.159 terroristas ficarão presos no complexo da Papuda

FABIO SERAPIÃO/FOLHAPRESS

A polícia Federal encerrou a tomada de depoimento dos bolsonaristas envolvidos nos ataques golpistas contra prédios públicos em Brasília no domingo passado.

Das 1.843 pessoas detidas no acampamento no Quartel-General do Exército na segunda-feira, 1.159 foram presas e encaminhadas para o complexo penitenciário da Papuda e outras 684, a maioria mulheres, crianças e idosos, foram liberadas por ordem do ministro Alexandre de Moraes.

Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal, os homens estão sendo conduzidos para o Centro de Detenção Provisória II e as mulheres para a Penitenciária Feminina do DF.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, a PF criou um formulário para agilizar a tomada de depoimento dos bolsonarista que entraram na mira da Justiça por participaram dos ataques aos prédios do Congresso, Planalto e do STF (Supremo Tribunal Federal).

No formulário, além de informações como nome, endereço e filiação, o detido é questionado sobre de qual cidade viajou para Brasília, como foi o translado, qual sua fonte de renda e se possuiu redes sociais.

A PF também pergunta quem financiou a viagem para a capital federal e, em caso de indicação do financiador, qual o nome e telefone da pessoa.

Sobre os ataques aos prédios públicos, a PF questiona se o interrogado participou dos atos, se danificou algum bem público ou se poderia apontar alguma pessoa envolvida no vandalismo.

No documento, é informado que a investigação está atrelada ao inquérito 4.879, instaurado por Moraes para investigações as manifestações de cunho golpista do 7 de setembro de 2021.

Na decisão em que autorizou a retirada dos golpistas do acampamento no QG do Exército, o ministro Alexandre de Moraes apontou para a possibilidade de prática dos crimes previstos na Lei Antiterrorismo e, também, o de associação criminosa, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de estado, incitação ao crime, ameaça e dano ao patrimônio público.

A partir de agora, a investigação prossegue. De um lado, esses bolsonaristas presos e outros envolvidos nos atos golpistas serão investigados pela PF, que fará uma individualização da conduta de cada um.

O objetivo da apuração é saber se houve uma organização anterior e quem foram os possíveis financiadores dos atos golpistas.

Por outro lado, também por ordem do ministro Alexandre de Moraes, está sendo apurada a participação ou omissão de agentes públicos.

Ibaneis golpista diz que plano de segurança contra atos foi sabotado

A defesa do governador afastado do Distrito Federal, o golpista Ibaneis Rocha (MDB), afirmou ao STF (Supremo Tribunal Federal) ontem que o plano de ações de segurança pública para o domingo passado foi sabotado, e que isso permitiu a invasão de golpistas às sedes dos Três Poderes.

Segundo um memorial apresentado pela defesa no inquérito de atos antidemocráticos, de responsabilidade do ministro Alexandre de Moraes, havia um "protocolo de ações integradas, previamente elaborado com a finalidade de promover ações de segurança pública", e Ibaneis "confiou na sua execução, ainda com mais razão quando obteve informações de que tudo transcorria de maneira absolutamente tranquila e pacífica".

Esse plano foi montado, afirma a defesa de Ibaneis, em razão da previsão de deslocamento de manifestantes de todo o país à área central de Brasília, e dividia atribuições a diversos órgãos. "O fato é que, em algum momento, no plano da execução, o protocolo previamente estabelecido foi inusualmente descumprido, permitindo ou facilitando os inacreditáveis e irremissíveis atos de violências praticados contra os Poderes da República e contra o Estado Democrático de Direito", diz o documento, assinado por uma equipe de advogados comandada por Alberto Toron. Ainda de acordou com a defesa, houve diversas circunstâncias que "evidenciam o abandono do plano de ação no âmbito da execução, como a deserção dos postos por parte de alguns policiais e a filmagem, por agentes da segurança pública e para entretenimento pessoal, dos atos criminosos praticados diante de seus olhos, situações que são irremediavelmente graves".

Segundo os advogados, houve "atos de sabotagem (que) foram além da mera inação daqueles que estaticamente presenciaram os atos". Ibaneis foi afastado do cargo ainda no domingo, por 90 dias, a pedido da AGU (Advocacia-Geral da União). Na decisão que o afastou, Moraes diz que houve "conduta dolosamente omissiva" do emedebista, que "não só deu declarações públicas defendendo uma falsa 'livre manifestação política em Brasília' - mesmo sabedor por todas as redes que ataques às instituições e seus membros seriam realizados".

Afirmou, ainda, que ele também "ignorou todos os apelos das autoridades para a realização de um plano de segurança semelhante aos realizados nos últimos dois anos em 7 de Setembro, em especial, com a proibição de ingresso na Esplanada dos Ministérios pelos criminosos terroristas; tendo liberado o amplo acesso".

Liberdade

Suzane von Richthofen é solta 20 anos após assassinato dos pais

ISABELLA MENON/FOLHAPRESS

Suzane von Richthofen foi solta ontem à tarde, 20 anos após sua prisão, em novembro de 2002, pelo assassinato dos pais Manfred e Marísia na zona sul de São Paulo.

A Secretaria da Administração Penitenciária informou, por meio de nota, que a Justiça concedeu a ela a progressão ao regime aberto. O alvará de soltura de Suzane foi cumprido às 17h35.

Ré confessa, Suzane foi condenada em 2006 e está desde 2015 no regime semiaberto, no qual a execução da pena é realizada em colônias agrícolas, industriais ou em estabelecimentos similares. Em 2016, ela saiu pela primeira vez da prisão durante o feriado de Páscoa.

No regime semiaberto, o condenado tem direito de trabalhar e frequentar cursos profissionalizantes, de ensino médio ou superior durante o dia, regressando à noite para sua unidade.

O crime em outubro de 2002 chocou o país. Aos 18 anos, a então estudante de direito da PUC-SP abriu porta da casa da família no Brooklin para que o então namorado, Daniel Cravinhos, à época com 21, e o irmão dele, Cristian, 26, assassinassem seus pais.

Inicialmente, a polícia acreditava se tratar se de um caso de latrocínio (roubo seguido de morte). Porém, a casa não tinha sinais de arrombamento e tanto o alarme quanto o sistema interno de vigilância estavam desligados.

Dias após o crime, a compra de uma moto com parte do valor paga em dólares levou a polícia a desconfiar dos irmãos. Em 8 de novembro de 2002, Suzane, Daniel e Cristian foram presos e confessaram ter planejado e matado o casal.

O caso ganhou dois filmes lançados na mesma data em 2020. Os longas são baseados nos autos do processo do assassinato do casal Von Richthofen e abordam as versões apresentadas por Suzane e Daniel ao tribunal.

Às vésperas da estreia, Suzane entrou com uma ação contra a produtora Santa Rita Filmes por causa dos longas "A Menina que Matou os Pais" e o "Menino que Matou Meus Pais". A produtora, no entanto, ganhou todas as etapas em primeira instância do processo, que já foi transitado em julgado.

Posse

Guajajara: Poderes foram atacados como terras indígenas

A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, tomou posse ontem, no primeiro evento público no Palácio do Planalto desde o ato golpista na praça dos Três Poderes, e comparou os ataques à democracia do último domingo passado às inúmeras invasões e violências cometidas em terras indígenas (TIs).

Guajajara afirmou, ainda, que a diferença é que a violência contra os povos costuma ter menos visibilidade na sociedade, mas que pretende usar o inédito ministério para mudar essa realidade. "Povos que resistem a mais de 500 anos de diários ataques, covardes e violentos, chocantes e aterrorizantes como os que vimos nesse último domingo em Brasília, porém sempre menos visibilizados", afirmou.

"Estamos aqui hoje, neste ato de coragem, para mostrar que destruir essa estrutura do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional não vai destruir a nossa democracia", continuou.

Igualdade Racial

Anielle Franco toma posse e lembra Marielle

JOÃO GABRIEL E RENATO MACHADO/FOLHAPRESS

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, tomou posse ontem em uma cerimônia no Palácio do Planalto, prédio que ainda apresenta sinais da destruição promovida pela manifestação golpista.

A cerimônia contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Tratou-se de uma posse conjunta, junto com Sônia Guajajara, que assumiu a pasta dos Povos Indígenas.

Em seu discurso, a ministra da Igualdade Racial lembrou a sua irmã, a vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada em 2018, no centro do Rio de Janeiro, em um crime que permanece sem solução. Disse que é em nome dela que está assumindo o cargo.

A nova ministra também prometeu trabalhar para fortalecer a Lei de Cotas e aumentar a presença de negros nas universidades e também lançar um programa para buscar reduzir as mortes de jovens negros. Também pediu ações dos demais ministros ações contra o racismo, dizendo que os compromissos não podem se dar apenas na sua pasta.

"Enquanto houver racismo, não haverá democracia", afirmou.

"Não podemos mais ignorar ou subestimar o fato de que a raça e a etnia são determinantes para a desigualdade de oportunidades no Brasil em todos os âmbitos da vida. Pessoas negras estão sub-representadas nos espaços de poder e, em contrapartida, somos as que mais estamos nos espaços de estigmatização e vulnerabilidade", afirmou a ministra, que se emocionou em alguns momentos do seu discurso.

O Ministério da Igualdade Racial foi recriado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A nova ministra exaltou a sua recriação e criticou aqueles que não veem importância da pasta, desconsiderando o passado de escravização e violência no Brasil.

"É lamentável e inadmissível pensar que diante de um dos marcos sociais mais cruéis da nossa história, se não o mais cruel, a escravização de pessoas negras trazidas do continente africano, mediante torturas, estupros, assassinatos e uma série de outras violências, ainda existam pessoas que questionem a importância de um ministério como o Ministério da Igualdade Racial no Brasil", afirmou.

VERÃO: Aumento de nuvens pela manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 32º 22º 85% 05:17 18:42

PÇA DUQUE DE CAXIAS

Comlurb recolhe 22 toneladas de lixo em acampamento golpista

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (Comlurb) retirou 22,4 toneladas de lixo, que permaneciam na Praça Duque de Caxias, em frente ao Comando Militar do Leste (CML), no centro da capital, após a desocupação de um acampamento montado por extremistas no fim de novembro do ano passado.

A área foi limpa e o material, coletado na madrugada desta quarta-feira. Ainda havia peças de roupas e grande quantidade de paletes, que são estrados de madeira normalmente usados para deslocamento de cargas em depósitos, mas que, na ocupação, serviram de base para a montagem de barracas. "A Companhia fez o serviço por solicitação do Comando, uma vez que a área é de responsabilidade do Exército Brasileiro. O Comando só acionou a Comlurb depois que os militares concluíram a primeira desmontagem no final da noite de terça-feira", informou a Comlurb.

Segundo a companhia, os serviços, que incluíram remoção mecanizada, lavagem hidráulica e varredura manual, foram realizados por uma equipe composta por 23 garis, dois supervisores, um operador e dez motoristas. No trabalho foram usados também uma pá carregadeira, dois caminhões compactadores e cinco basculantes.

"Foram necessárias 17 viagens para concluir a coleta do material. Para finalizar, foi feita limpeza hidráulica com água de reúso e detergente usando dois caminhões-pipa e uma van motobomba, tendo sido gastos 25.200 litros de água de reúso", acrescentou a Comlurb.

DESOCUPAÇÃO

Os acampados começaram a deixar o local na segunda-feira passada, após determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, na madrugada daquele dia, para "desocupação e dissolução total, em 24 horas, dos acampamentos realizados nas imediações dos quartéis-generais e de outras unidades militares para a prática de atos antidemocráticos".

Moraes determinou ainda a prisão dos acampados: "prisão em flagrante de seus participantes pela prática dos crimes previstos nos artigos 2ª, 3º, 5º e 6º (atos terroristas, inclusive preparatórios) da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 e nos artigos 288 (associação criminosa), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito) e 359-M (golpe de Estado), 147 (ameaça), 147-A, § 1º, III (perseguição), 286 (incitação ao crime)".

PERU

STJ suspende cooperação no caso de Ollanta Humala

FLÁVIO FERREIRA/FOLHAPRESS

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) suspendeu a cooperação jurídica internacional entre Brasil e Peru no processo relativo ao ex-presidente peruano Ollanta Humala na Operação Lava Jato.

Na ação penal em curso na Justiça peruana, Humala é acusado de lavagem de dinheiro por supostamente ter recebido da empreiteira Odebrecht valores de campanha ilegalmente.

A cooperação foi interrompida por decisão provisória da ministra presidente do STJ, Maria Thereza de Assis Moura, a pedido da defesa de Humala.

Os advogados do escritório brasileiro Massud, Sarcedo e Andrade argumentaram ao tribunal que o pedido de cooperação jurídica internacional está em desconformidade com a lei porque não teve o aval do STJ, e tramitou diretamente pelo DRCI (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional) do Ministério da Justiça e pelo Ministério Público Federal.

Para justificar a urgência da interrupção na colaboração, os defensores indicaram o agendamento para janeiro do depoimento de testemunhas como o empresário Marcelo Odebrecht.

A ministra presidente então concedeu liminar para suspender a cooperação até que o caso seja decidido pelo colegiado do tribunal.

GUERRA

Putin troca o comandante da invasão da Ucrânia novamente

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

A Rússia trocou pela segunda vez em três meses o comandante de suas forças na invasão da Ucrânia, que completará um ano no fim de fevereiro.

O presidente Vladimir Putin promoveu uma mudança que parece destinada a calar os membros da linha dura que exigem uma radicalização das ações no país vizinho, enviando para o posto o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Valeri Gerasimov.

Muito criticado pela condução da guerra até outubro, quando pela primeira vez o Ministério da Defesa anunciou um comandante único para a invasão, Serguei Surovikin, Gerasimov é uma figura da copa do Kremlin.

Ainda que pouco se saiba do processo decisório de Putin, ele e o ministro Serguei Choigu (Defesa) eram sempre os únicos a participar de quaisquer reuniões militares acerca da crise anteriores e posteriores ao assalto contra o vizinho.

Gerasimov sempre foi um dos alvos preferenciais dos nacionalistas que exigem mais dureza no trato da guerra. Eles se expressam por meio de blogueiros militares, mas também por duas figuras públicas mais proeminentes: o líder tchetcheno Ramzan Kadirov e o chefe do grupo mercenário Wagner, Ievguêni Prigojin.

Os dois têm forças em combate ativo na Ucrânia, e Prigojin resolveu passar as últimas semanas num giro pela frente em Donetsk, onde suas tropas estão perto de conquistar a cidade de Soledar, sede de uma rica indústria de mineração de sal e porta para tentar capturar Bakhmut, estratégico ponto de conflito reduzido a ruínas no embate com Kiev.

Segundo um observador político em Moscou, falando sob reserva, há a percepção de que o presidente russo ficou irritado com a publicidade de Prigojin, gravando vídeos e clamando vitórias só para si.

Ele é conhecido como "chef de Putin", por ter cuidado dos serviços de alimentação do Kremlin, e é uma controversa figura: ex-presidiário, busca em cadeias voluntários para seu grupo, que atua há anos em pontos como a Síria ou países africanos.

Como ele e Kadirov constantemente criticavam a condução da guerra, analistas sugeriam que seus alvos eram Choigu e Gerasimov. Mesmo o general Aleksandr Lapin, alvo de objeções por sua ação na Ucrânia, parece ter sido promovido a chefe de forças terrestres russas.

Mas isso não é tudo. De acordo com o mesmo observador, a ideia de que Moscou tentará uma ofensiva em fevereiro ou março, já denunciada por Kiev, está ganhando força nos círculos políticos. Nesse sentido, uma face mais política, já que Gerasimov está no cargo desde 2012 ao lado de Putin, seria mais facilmente associada tanto a um sucesso quanto a um fracasso.

Como sempre, a opacidade da Rússia sob Putin dificulta asserções, mas a lógica existe. Gerasimov era considerado um dos líderes da operação, que nunca teve um chefe oficial até outubro, quando Surovikin foi indicado.

Ele conduziu a bem-sucedida retirada de Moscou da cidade de Kherson, sem as mesmas perdas militares ocorridas em Kharkiv antes de sua chegada. Também operou a campanha de ataques aéreos que colocou boa parte da Ucrânia no escuro em pleno inverno.

Mas o aparente sucesso russo no leste, em Donetsk, tem sido creditado apenas a Prigojin e seus mercenários. Não por acaso, em seu relato diário de ontem, o Ministério da Defesa disse que os combates em Soledar ainda continuavam e que era cedo para cantar vitória.

Surovikin, um condecorado general conhecido como o "açougueiro de Aleppo", por seu papel na cidade síria durante a intervenção russa na guerra civil do país árabe, será um dos adjuntos de Gerasimov. Os outros dois, Oleg Saliukov e Alexei Kim, não estiveram envolvidos nas ações na Ucrânia.

Enquanto a política tece seus fios, em Soledar o sangue segue a correr. Segundo o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, a situação é crítica, mas os russos ainda não podem chamar a cidade de sua.

O analista militar americano Michael Kofman, do centro CNA (EUA), escreveu duvidar do custo-benefício do morticínio relatado pelos dois lados na cidade para a Rússia. Nos canais ligados à guerra ucranianos e russos no Telegram, é descrita uma batalha com centenas de mortos jogados pelas ruínas da cidadezinha.

Ela tem um atrativo extra, que muitos comentarista apontam ao mostrar o interesse de Prigojin em conquistá-la: as ricas minas de sal, que têm grande potencial de exploração econômica e mesmo militar, possibilitando o estacionamento seguro de forças.

SERVIÇO NA CAPITAL

Governador entrega 60 novas ambulâncias

O governador Cláudio Castro entregou ontem 60 ambulâncias para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) da cidade do Rio de Janeiro. Nas próximas semanas, serão realizadas entregas escalonadas de outros 189 veículos para todos os municípios. O investimento para renovar e ampliar a frota, levando o serviço inclusive para cidades que ainda não têm o atendimento instalado, foi de R$ 87,4 milhões. O projeto 'SAMU 100% RJ' vai disponibilizar, ao todo, 249 veículos para todo o estado.

"Uma importante meta da nossa nova gestão é fortalecer o atendimento da rede de saúde nos municípios. O objetivo é que cada um dos 17 milhões de habitantes desse estado, e não só da capital e Região Metropolitana, possa receber um atendimento digno, rápido, com profissionais qualificados, bem remunerados, e seja socorrido com uma ambulância de qualidade", ressaltou o governador Cláudio Castro.

O secretário de Estado de Saúde, Doutor Luizinho, destacou a entrega como um momento de grande importância para a saúde do Estado do Rio de Janeiro.

"Cerca de 30% dos municípios do Estado do Rio de Janeiro não dispõem ainda do SAMU. A Secretaria de Estado de Saúde vem investindo no atendimento móvel de urgência e emergência. Nesse sentido, já inauguramos 20 bases descentralizadas em áreas estratégicas da cidade, que estão reduzindo o tempo de resposta nos atendimentos e ajudando a desafogar hospitais", comemorou o secretário.

Com a chegada das 60 novas ambulâncias ao SAMU capital, operado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES), as viaturas com mais tempo de uso serão substituídas e a frota será ampliada, fortalecendo também o atendimento nas bases descentralizadas, que estão em processo de expansão.

As unidades descentralizadas fazem parte de um programa do Governo do Estado, que prevê a instalação de 40 unidades avançadas para reduzir o tempo de resposta do SAMU. As bases funcionam 24 horas por dia e cada uma conta com pelo menos uma ambulância e uma motolância, utilizada em áreas de difícil acesso. Em oito meses de funcionamento, as bases descentralizadas já realizaram mais de 35 mil atendimentos.

Já foram implantadas 20 bases: Muzema, São Cristóvão, UPA Bangu, UPA Campo Grande 1, UPA Campo Grande 2, UPA Ricardo de Albuquerque, UPA Irajá, UPA Marechal Hermes, Maré, UPA Jacarepaguá, Hospital Estadual Eduardo Rabelo, Alto da Boa Vista, UPA Botafogo, UPA Realengo, UPA Copacabana, UPA Tijuca, Lagoa, UPA Engenho Novo, UPA Santa Cruz e IEDS (Instituto Estadual de Dermatologia Sanitária).

REINO UNIDO

Partido Conservador afasta parlamentar que divulgou notícias falsas sobre vacina

O Partido Conservador do Reino Unido anunciou ontem o afastamento do deputado Andrew Bridgen do Legislativo após o político compartilhar no Twitter uma série de desinformações sobre as vacinas contra a Covid-19.

"Andrew Bridgen cruzou a linha", disse seu correligionário Simon Hart, responsável pela disciplina parlamentar dos conservadores britânicos. "A desinformação sobre a vacina custa vidas. Assim, a remoção de Bridgen tem efeito imediato, e aguardamos uma investigação formal."

Em um de seus últimos tuítes, por exemplo, o parlamentar, ao comentar a crise no sistema de saúde público britânico, o NHS, disse que há um "elefante na sala" -"o atual excesso de mortes em todos os países que administram vacinas de mRNA de terapia genética".

A informação é falsa. Vacinas que utilizam a tecnologia de RNA mensageiro (mRNA) não são terapia genética, não causam doenças e não provocam a mesma enfermidade que deveriam combater. O que elas fazem é "ensinar" as células do corpo humano a sintetizar a proteína spike, que é própria do coronavírus, para que o sistema imune esteja preparado para combatê-la.

Bridgen chegou a comparar o uso de vacinas ao Holocausto. Ao compartilhar conteúdo de um site de teoria da conspiração, ele escreveu: "Como um cardiologista me disse, este é o maior crime contra a humanidade desde o Holocausto".

Em outra publicação, ele diz que as vacinas estão "causando sérios danos" e que "está ficando cada vez mais evidente como elas fazem isso". "Não é de se admirar que tantas pessoas estejam doentes desde a vacinação", disse, em novas mensagens enganosas.

O conservador também saiu em defesa do uso da ivermectina para o tratamento da Covid no lugar de vacinas. Como mostraram diversos estudos científicos, porém, não há evidências científicas de que o remédio antiparasitário funcione contra a doença.

Antes mesmo do afastamento, Andrew Bridgen já era alvo de fritura no Parlamento britânico. Na terça-feira passada, relatou a rede BBC, ele foi suspenso da Câmara dos Comuns por cinco dias consecutivos após violar um código de conduta parlamentar.

Em novembro, a Casa descobriu que Bridgen, ao sair em defesa da empresa Mere Plantations no Parlamento, escondeu dos colegas que tinha interesses financeiros no assunto -a empresa doou dinheiro para sua campanha e financiou uma viagem sua a Gana, na África. Bridgen é parlamentar desde 2010 pelo distrito de North West Leicestershire.

Nota

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE LANÇA PAINEL DENGUE, COM DADOS SEMANAIS

A Secretaria de Estado de Saúde (SES) lançou, na terça-feira, em evento na nova sede da SES com a presença de secretários municipais de Saúde, o Painel Dengue. A plataforma oferece aos cidadãos e às prefeituras dados sobre a evolução do agravo nos 92 municípios do estado, com atualização semanal. Estão disponíveis informações sobre o número de casos por região e município, internações e óbitos, além de perfil dos pacientes, como faixa etária e sexo. "Estamos buscando cada vez mais dar acesso à informação e transparência aos dados de saúde para a população. O painel vai garantir que qualquer pessoa possa acompanhar a evolução do cenário epidemiológico em seu município.

RÚSSIA

Guerra da Ucrânia reacende antissemitismo

Entre as muitas questões levantadas pela Guerra da Ucrânia na Rússia, envolvendo notadamente o nacionalismo, outro debate antigo voltou a crescer: o do antissemitismo. Uma das formas pelas quais ele ganhou corpo pode ser medida pelo fluxo de judeus que deixaram o país e a ditadura aliada da Belarus: no ano passado, quase 40 mil deles partiram em direção a Israel, segundo a Agência Judaica.

Em 2021, dos 27 mil imigrantes que a nação do Oriente Médio recebeu, 28% eram da Rússia, a maior fatia -e 11%, da Ucrânia. "Há uma concepção histórica de que, sempre quando as coisas não vão bem em Moscou, a situação fica perigosa para os judeus", diz Anna Shternshis, especialista na cultura judaica russa e professora da Universidade de Toronto.

Pinchas Goldschmidt, rabino-chefe na capital russa desde 1993, por exemplo, deixou o país com a família duas semanas após o início da guerra. "Vemos o aumento do antissemitismo enquanto a Rússia volta a um novo tipo de União Soviética. Por isso acredito que a melhor opção para os judeus russos seja partir", disse ele, no final de dezembro, ao jornal britânico The Guardian.

Perseguições são relatadas desde os tempos do império. No final do século 19, o assassinato do czar Aleksandr 2º e outros crimes foram falsamente atribuídos à comunidade judaica, o que motivou casos de revanchismo e morte de judeus -também na área da atual Ucrânia. Mais tarde, na União Soviética, o regime comunista fechou sinagogas, prendeu judeus e negou a emigração de vários deles para Israel.